

ÉTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO

A Retomada da Credibilidade da Administração Pública

Og Roberto Dória

A expansão do Estado brasileiro deu-se em decorrência das necessidades de modernização do país, necessidades estas que, por situações conjunturais, levaram a que se implementasse um desenho de Estado coerente com o modelo de desenvolvimento econômico e social, hoje questionado quanto à sua sustentabilidade econômica e política. A crise estrutural denuncia os limites de um Estado de corte intervencionista e distante das aspirações da sociedade.

No centro do debate está a crise de financiamento do setor público que coloca em questão o modelo de gerenciamento de recursos públicos, os padrões de investimento, bem como a capacidade redistributiva do Estado. Paralelamente ao aspecto financeiro, e passo-a-passo com o avanço da democracia, emergem pressões pela diminuição das grandes distâncias que ainda separam as organizações da sociedade das instâncias decisórias.

Os principais atores deste contínuo processo de aperfeiçoamento do Estado são seus próprios funcionários. Eles não devem ser encarados como paletós que circulam pelas repartições ou como seres já estigmatizados pela ineficiência. Ao funcionário público deve ser oferecida a oportunidade de evolução. A transparência do aparelho estatal é imperiosa, a burocracia deve responder mais aos interesses públicos que a seus próprios interesses, assim como a ética deve permear as relações nas duas vias: a dos que prestam os serviços públicos e a dos que se servem dele.

Como aparelho administrativo de planificação e de produção de bens e serviços, o modelo de Estado brasileiro desenvolvido, ao longo dos anos, não tem cumprido as funções que dele solicita uma democracia de

massas ou que responda a uma ideologia do bem público que o coloque acima das políticas clientelistas e dos hábitos de corrupção. A estrutura administrativa, permeável aos interesses políticos, a cada mudança de grupos de poder sofre reformas de conteúdo questionável, muitas delas espaçadas por uns poucos meses, e atendo-se a uma prática de substituição de funcionários, embasada no argumento simplista de que alguns cargos de confiança têm que servir a uma suposta renovação exigida pelas correntes políticas que conquistaram o poder.

Diante desse quadro de crise estrutural das instituições públicas, não se trata de enfocar apenas - como defendem alguns setores neoliberais - a diminuição da esfera de atuação do Estado ou, usando uma linguagem mais direta, *enxugá-lo*, simplesmente. Mas de redimensioná-lo, reestruturá-lo, redesenhá-lo, enfim, torná-lo mais eficiente e direcionado a atender os interesses maiores da sociedade e não os específicos das oligarquias.

A preocupação central da democracia não é a limitação do poder, mas sua distribuição na sociedade, voltando-se para o controle do poder estatal, possível através do aumento da participação política do conjunto da população no exercício do controle social. Isto equivale a

dizer que o Estado deve, como diretriz maior, dedicar-se às atividades de interesse coletivo, tendo a responsabilidade inalienável de criar as condições para que toda a população participe do processo.

Considerando-se a crise econômica e política que atinge o Estado, bem como a tendência ao redesenho institucional, as atividades econômicas do setor público, resguardadas as prioridades sociais, devem dirigir-se a garantir a infraestrutura essencial à vida econômica do país, através de uma relação que melhor articule a capacidade dos agentes privados.

Num novo contexto de redefinição das relações entre o setor público e o setor privado, exige-se a introdução de instrumentos gerenciais que, adequados a uma melhor interação com o mercado, permitam a coexistência dos interesses públicos e privados. Por exemplo: num momento em que se dá a polarização público-privado, importa resgatar a dimensão na qual - caso se faça a opção por empresas estatais - se tenha clara a necessidade de que as mesmas devem obedecer às normas que regem o mercado. Seu caráter empresarial, contudo, impõe-se, diferenciando-se das demais empresas, apenas pelo fato de que o capital social, integral ou majoritário, é público.

Quanto à estrutura de decisões dentro do aparelho administrativo, a norma fundamental deve ser a de centralizar as decisões políticas estratégicas e descentralizar sua operacionalização e os recursos organizacionais para tanto. A centralização referida, por sua vez, não significa distanciamento do controle social. Deve-se, ao contrário, construir as estruturas que garantam um controle popular sobre a ação governamental, que incluam referendo e outras formas de consulta democrática. Trata-se de retirar de conselhos fechados decisões que afetam o conjunto da população, para transferi-las para o âmbito legislativo e de representações da comunidade.

Uma reforma da máquina do Estado, coerente com os princípios democráticos, deve visar a modificação da sua relação com o sistema político e com o conjunto da sociedade. Trata-se não somente da democratização interna do aparelho estatal, mas da promoção de um processo de democratização profunda do país. Consiste, portanto, em uma transformação das relações do Estado com a sociedade e o sistema produtivo.

A reforma do Estado faz parte da agenda política, em nível internacional. A necessidade de se dotarem os governos de instrumentos de resgate da máquina estatal, a

partir da superação dos tradicionais e pouco eficientes mecanismos de gestão burocrática, e visando aprimorar a administração pública, levou vários países a organizarem centros de formação da burocracia. São as **escolas de governo**, executoras de programas de formação dos altos escalões administrativos e políticos. A França, por exemplo, há muitos anos organizou a *École Nationale d'Administration* - *ENA* - que tem fornecido quadros qualificados para exercer os cargos da alta burocracia e de diferentes esferas públicas.

As escolas de governo

As escolas de governo no Brasil foram criadas com a missão de formar, aperfeiçoar e profissionalizar o pessoal civil da administração pública federal. Destacava-se, então, a proposta de capacitação associada a um sistema de carreiras e a de qualificação como critério de acesso a funções administrativas e gerenciais do setor público. Hoje, o conceito deste tipo de instituição incluiu novas responsabilidades. Compreende-se que a área específica de capacitação não pode ser concebida isoladamente, mas no contexto das funções do Estado, da estrutura, desempenho e organização da administração pública e numa perspectiva mais ampla de articulação com a sociedade.

Indubitavelmente, a melhoria da gestão pública requer mudanças na estrutura, organização e cultura do serviço público. Neste sentido, é preciso desenvolver atividades ligadas a programas amplos de reforma político-administrativa e a iniciativas de desenvolvimento institucional e de recursos humanos. A valorização dos servidores e da função pública deve ser, dentro da idéia de se conscientizar os agentes quanto ao papel do Estado, uma preocupação constante no trabalho de profissionalização. Para tanto, é oportuno estimularem-se debates e a reflexão em torno das diversas questões relativas ao Estado, propiciando o surgimento de idéias, novos conhecimentos e alternativas, o que torna indispensável a pesquisa e os estudos na área.

A capacitação, formação e treinamento permanente dos servidores assumiram, hoje, dimensões amplas em função do estabelecimento de diretrizes para o sistema de carreiras do setor público, garantindo quadros permanentes e qualificados e a implementação de normas para ingresso e promoção funcional. Há, ainda, as diretrizes fixadas pelo Programa Nacional de Treinamento do Servidor Público - PNTS, para o qual estão previstos recursos do recém-criado Fundo de Formação, Qualificação, Treinamento e Desenvolvimento do

Servidor Público - FUNDASE, criado pela Lei 8.627, de 19/2/93, regulamentado pelo Decreto 1.026 de 28/12/93. Além disso, o Programa Nacional de Descentralização estabelece mecanismos privilegiados de reestruturação do sistema administrativo, promovendo a desconcentração e reafirmando o pacto federativo estabelecido pela Constituição.

Ética e governo

Pode ser identificada, tanto no meio acadêmico quanto nos segmentos formadores de opinião, uma preocupação constante e crescente com o tema da governabilidade. Parece ser quase um consenso que a governabilidade jamais se restabelecerá se não se solidificar a autoridade do poder público. Essa autoridade, não obstante, transita entre a adesão consensual ou voluntária e a coação. Hoje, o governo, apesar da insistência de alguns setores mais progressistas, tem efetivado, em sua maioria, políticas que se autocumprem ou que são acompanhadas de uma ameaça explícita de coação. O cenário torna-se mais complexo quando as políticas dependem da adesão voluntária da sociedade. Sob este prisma, como já disse Montesquieu, todo aquele que detém poder tende a abusar dele e assim procederá enquanto não encontrar limites.

As instituições características da vida republicana foram criadas justamente para estabelecer estes limites e colocar à disposição do povo mecanismos adequados ao controle do poder político. É por nós que passa a responsabilidade de encarar as hostilidades do sistema e derrotar a indiferença cotidiana. Isto somente pode ser feito se houver uma mudança radical na cultura da própria sociedade e, mais especificamente, na cultura pública. E um dos valores fundamentais para esta "virada" é a ética, não obstante este referencial tenha permanecido latente nos últimos anos, no Brasil.

Embora as crises de governabilidade sejam cíclicas, universais e inevitáveis em democracias, constituem problema grave quando as instituições políticas e jurídicas são débeis. Ou quando, pela própria falta da prática democrática, não tenham sido desenvolvidos mecanismos perenes de se superar as crises institucionais, como se acompanhou recentemente no episódio sobre os aumentos salariais, envolvendo Executivo, Legislativo e Judiciário.

A década de 80, que muitos consideram ter passado em branco em termos de mudanças econômicas profundas ou de alterações na ordem mundial, foi marcada por crises eventuais que

denunciaram o descrédito e a desmoralização institucional em várias nações, inclusive algumas de cultura milenar. O que tem sido visto é que o leque de demandas sociais ajusta-se com precisão à oferta de políticas somente por coincidência. Mas se as demandas insatisfeitas se multiplicam perigosamente, o governo precisa ser ágil. Se este, por qualquer motivo, se torna paralítico, automaticamente instala-se uma crise de governabilidade e aí compete às demais instituições removerem os obstáculos ao necessário ajustamento entre políticas públicas e demandas sociais e a capacidade operacional do governo.

Do ponto de vista do processo histórico, a reafirmação da ética está associada à *legitimidade*¹, a princípio um conceito muito simples, nada mais que a identidade entre um grupo e seu líder, posteriormente diversificado, deformado e até submergido, quando as correntes do realismo sociológico, do positivismo jurídico e do idealismo hegeliano terminaram por identificá-lo com a *legalidade*. Foi assim, por um longo período, até hoje presente em alguns casos, que se perdeu o referencial ético pela manifestação da vida política. Isto justificou até mesmo o acesso ao poder pela violência, na medida em que a força se mostrasse capaz de impor uma nova ordem. Essa

¹ - Max Weber, "On Law in Economy and Society, Simon & Shuster, N. York, 1954, p. 8.

simulação de legitimidade, que havia migrado da vontade popular para a do Estado, provocou anomalias como o deslocamento da soberania da Nação para o Estado.

Mas as recentes alterações na ordem mundial, pela própria complexidade da vida contemporânea e das demandas da sociedade, demonstraram que o Estado precisa se democratizar e ser eficiente. E quando deixa de responder ao que dele se espera, não falta quem questione as conquistas éticas, apontando-as como entraves à eficiência governamental e como causas de ingovernabilidade. Aí está parte da resposta para a pergunta sobre porque a implantação do Estado Democrático, como no caso brasileiro, agravou antigos vícios políticos, fez ressurgir outros e criou novos, por vezes pondo em risco esta própria conquista ética. O crescimento da burocracia e da demagogia, ambas carreando corolários como o nepotismo, o cartorialismo, o paternalismo, o estatismo, a corrupção e tantas outras deformações, comprometeu a vocação de bem servir do Estado e o cumprimento de sua razão, que é satisfazer os interesses da sociedade.

O papel da burocracia é essencial para o serviço administrativo público de uma nação e ela tem sido exercida, em diversos siste-

mas de governo, com um notório grau de independência, mas também pelo controle da sociedade. Esta liberdade de ações, conforme demonstram alguns modelos pelo mundo, consegue livrar o aparelho das tentativas de manipulação política. Tais grupos procuram garantir o acesso ao poder, no caso brasileiro, pelo domínio da máquina burocrática, fechando o círculo dos que a conhecem efetivamente e demonstrando uma certa coerência às decisões administrativas.

Uma das saídas para esta situação estaria nas eleições. A veia aberta deste sistema de controle da legitimidade - o sistema político, hoje na berlinda nacional - ao tentar a marcha ascensional da institucionalização da ética no manejo do poder, condena a sociedade brasileira à pena da ineficiência, sob o peso de um modelo de Estado ultrapassado e desintonizado, por não permitir a continuidade de políticas e a consolidação de modelos gerenciais de governo. Embora ainda seja o melhor caminho de escolha dos governantes, o sistema eleitoral em países de baixo nível cultural tem poucas defesas contra as deformações mencionadas há pouco. Além disso, as eleições no Brasil têm ainda um caráter educacional, interrompido pelos constantes regimes de exceção, o que as torna, muitas

vezes, casuísticas, caras, demoradas, vulneráveis a fraudes e sensíveis às pressões externas.

Outra alternativa estaria no próprio leque legal que ampara o serviço público. O Artigo 37 da Constituição Federal dispõe que "...a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade...", além de outras normas inseridas nos 38 dispositivos que o integram, sendo de notar que alguns desses dispositivos carecem de regulamentação para que possam vigor em sua plenitude. No campo do conjunto das normas jurídicas que regem a administração pública, há ainda a Lei 8.112/90, dispondo sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos que, a exemplo da Lei 1.711/52 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União), contém regras sobre os deveres a serem observados no exercício da função pública.

Profissionalização e governabilidade

Já há alguns anos a sociedade brasileira tem mantido um confronto, marcado por cons-

tantes reacomodações, nas relações de poder entre grupos e classes excludentes e com interesses. Para que essa negociação seja de fato democrática, ela pressupõe, como condição necessária, porém não suficiente, a própria reorganização do Estado e de todo um corpo social, danificados tanto pelo autoritarismo burocrático-militar pós-64, quanto pelas inúmeras contradições geradas por seu modelo de desenvolvimento econômico. Portanto, o desafio da compatibilização entre a democratização política e a transformação social, por um lado, e de conjugação da governabilidade do país com a legitimidade de suas instituições econômicas, por outro, exige idéias arrojadas e mudança de posturas.

Aqui se inserem duas frentes de ação fundamentais para o momento: a capacitação do corpo de funcionários da máquina estatal e a reflexão sobre a administração pública, num momento em que vários segmentos da sociedade exigem alterações no modelo e na eficiência do Estado brasileiro. É claro que a resposta a estas aspirações está associada à capacidade de alguns atores sociais compreenderem o momento histórico. Parodiando um pouco Pocock², uma sociedade, no curso de sua trajetória temporal, vai gerando dentro de

² - Ver J.G.A. POCOCK, *Politics, Language and Time - Essays on Political Thought and History*, Nova York, Atheneum, 1973.

suas estruturas sócio-econômicas, e de seus contornos institucionais, necessidades inéditas de articulação política que somente podem ser feitas pela criação e implementação de estratégias inéditas. Sem um projeto destinado a assegurar um mínimo de governabilidade, totalmente incapaz de submeter a uma vontade comum uma administração direta e indireta totalmente fragmentada e recorrendo inabilmente a políticas isoladas, não estaremos dando um passo à frente nesta luta que parece interminável de se aperfeiçoar o Estado.

Com esta preocupação, a ENAP, como já dito anteriormente, decidiu eleger o tema da governabilidade como um dos principais na área de debates e estudos para o biênio 94/95, onde serão privilegiadas ações que produzam subsídios técnicos e atividades que garantam melhores condições de se administrar o Estado. Exemplo disto são diversos encontros, neste ano, onde serão abordados temas como competitividade, as relações Estado/iniciativa privada/cidadão, novas perspectivas da função pública, novas formas de atuação do Estado, governabilidade e transformações estruturais e muitos outros.

Peça fundamental nesta transição que exige instrumentos mais moldados às novas necessidades da sociedade é a Constituição. A Constituição não é um fim em si

e por si. Ela é um meio. E cabe às instituições públicas assumir o papel de defesa de suas prerrogativas ao lado da sociedade.

Outra ação que pode ajudar a assegurar a governabilidade é trabalhar com o objetivo da retomada da credibilidade da administração pública. Um dos caminhos para esta meta é o de se ter quadros permanentes de servidores, motivados, eficientes e atentos aos grandes interesses públicos. Parte deste processo - a profissionalização, a constituição de carreiras e a formação de quadros que assegurem maior nível de competência, compromisso ético e continuidade da ação governamental são metas para o biênio 94/95, com toda sua conjuntura singular destes anos. Parte desta meta é a orientação para que, no longo processo de tornar o servidor cada vez mais profissional e menos exposto às críticas diárias, seja resgatada a valorização do funcionário público.

As relações entre Estado, servidores e sociedade

É conhecida e notória a natureza finita dos recursos apropriados pelo Estado. Cabe registrar uma outra dimensão da questão redistributiva, que é o conflito intraburocrático. Historicamente, setores do funcionalismo com

maior poder de pressão, mais bem articulados nas ruas reivindicações corporativas, têm se apropriado de parcelas crescentes da massa salarial, em detrimento de uma distribuição mais eqüitativa dos recursos reservados para o pagamento da mão-de-obra do setor público. O fenômeno dos chamados "marajás", tão execrado pela opinião pública, é a "ponta do iceberg" deste processo perverso de repartição da renda entre os servidores públicos.

Embora, em aparência, as reivindicações salariais sejam uma espécie de "queda-de-braço" com o governo, na prática as vitórias setoriais do funcionalismo têm diminuído a margem de manobra do conjunto de servidores, quando se trata de discutir aspectos cruciais e de interesse geral de longo prazo, como a definição de uma política de administração pública definitiva, imune aos ventos da descontinuidade provocados pelas mudanças de governo e períodos autoritários. Ou, embutida nesta diretriz, a institucionalização de uma política salarial específica para o funcionalismo, respeitando suas singularidades e levando em conta sua excelência - a responsabilidade pública.

No horizonte de lutas do funcionalismo, não raro, predomina a equivocada noção de que o Estado, ao invés de ser projeção da própria sociedade, é um patrão

como outro qualquer. Esta visão distorcida gera expectativa de "arrancar" do Estado mais e mais vantagens para as várias categorias de funcionários.

É neste quadro complexo e contraditório que se dão os embates entre o Governo, de um lado, e seus servidores de outro. O resultado, ao longo dos anos, tem sido um processo desregrado em que, concessões após concessões de natureza salarial, configura-se no horizonte a terrível certeza - já verificável em alguns Estados do Nordeste - de o Estado já não poder mais arcar com o pagamento da folha de salários, colocando-se vertiginosamente num processo de crescente degradação dos vencimentos vis-à-vis o mercado, a par da diminuição sensível de sua capacidade de investir em novos equipamentos sociais e mesmo garantir a manutenção dos existentes.

Ora, as conseqüências do que acaba de ser descrito não poderiam de ser outras. A capacidade do Governo de definir e executar as políticas públicas fica suficientemente reduzida, a partir das preocupações pontuais contidas no conflito hoje atual entre o Estado e seus servidores. É verdade que a crise econômica tem levado os dois lados a buscar soluções imediatas que, na maioria das vezes, sobrepujam a busca por uma saída definitiva para o impasse. Isto, mesmo de maneira

indireta, contribui para estreitar o já reduzido esteio de condições para a governabilidade. E como poderia se dar a virada desta questão, diante de quadro tão complexo?

É preciso que os grupos sociais entendam que nem tudo deve ser esperado e que nem tudo deve ser pedido ao Estado. Urge assumir novas atitudes, principalmente no que diz respeito à participação. É hora do cidadão que paga os impostos, elege seus representantes e se utiliza dos serviços públicos mudar sua postura e alterar a ordem cultural predominante. Tolerar a ação estatal deficiente na produção de bens e serviços coletivos, e sua presença asfixiante e indevida em determinados campos, é o que impede a sociedade brasileira de se autogovernar e de submeter o Estado ao seu controle. Abrir mão do exercício da cidadania é um ato tão impensado quanto não cobrar eficiência do sistema de administração pública, colaborando, assim, não para aperfeiçoá-lo, mas para torná-lo mais cruel. A ampliação dos direitos de cidadania, com o objetivo de patrocinar, de forma universal e mediante acesso irrestrito, seu exercício pleno, deve ser uma meta constante dos homens públicos e de toda a sociedade.

Tudo isso demonstra que o Estado brasileiro é produto de um processo histórico concreto,

gerado pelo mergulho de nossa sociedade, elitista e autoritária, em profundas desigualdades, repletas de favorecimentos e incentivos antagônicos ao trabalho produtivo e ao ganho ilícito. É preciso derrubar a crença de que impunidade é sinônimo de Brasil e responder a uma ideologia de bem público que coloque o Estado acima das políticas clientelistas e dos vícios da corrupção. Significa, em outras palavras, passar a limpo as funções e estruturas estatais, para definir quais são de fato indispensáveis, qual a forma mais eficiente e democrática, com que tipo de funcionários, estimulados de que maneira e, principalmente, com que conduta.

Uma das principais peças do Estado de que falamos é o indivíduo que pertence à própria comunidade e que se transforma em servidor do público. Mas com um detalhe importante: de sua posição decorre uma responsabilidade especial a responsabilidade pública. Ao mesmo tempo membro da sociedade civil, é parte de um aparelho que zela pelos interesses do conjunto. É esta a pessoa responsável pelo bom desempenho da administração pública, apesar do desprestígio de que tem sido alvo e com o que a população aprendeu a conviver. Seu papel se fundamenta na idéia de que a instituição do governo é ato de toda a sociedade e de que um

funcionário não pode confrontar o público renunciando a servir a comunidade como se fosse um poder independente.

A administração pública tem como um dos melhores caminhos para alterar a situação de preconceitos, reclamações muitas vezes justas e análises deturpadas da profissionalização de seus quadros, a valorização de seus funcionários e o esforço pela eficiência dos serviços oferecidos. É preciso desmistificar o campo da capacitação dos servidores, apostando na definição de carreiras, na diminuição de cargos de confiança, na equidade de tratamento, na ascensão pelo mérito e em sistemas que disciplinem o ingresso.

Os principais atores deste contínuo processo de aperfeiçoamento do Estado são seus próprios funcionários. Eles devem ser encarados não como paletós que circulam pelas repartições ou como seres já estigmatizados pela ineficiência. Mas como cidadãos, trabalhadores e pessoas que tem que ser motivadas em seu ambiente. Ao funcionário público, deve ser oferecida a oportunidade da evolução. O servidor deve ser visto não como um indivíduo que é bem remunerado, trabalha com o que há de mais novo nas áreas tecnológicas e de meios, possui regalias que o incluem numa suposta casta, mas como um trabalhador, com

características especiais: sua função é pública, ele deve atender aos maiores interesses da sociedade, colocando em segundo plano os seus próprios (e aí se inclui o corporativismo) e os de poucos. No entanto, é preciso que ele seja encarado como um cidadão cujo maior privilégio seja honrar as normas éticas estabelecidas pela própria sociedade, que deveriam, espontaneamente, reger o sistema estatal. O processo de profissionalização passa obrigatoriamente pela valorização do servidor, como trabalhador, como indivíduo e como zelador do bem público e dos interesses públicos. É ele quem participará decisivamente das transformações da estrutura, da organização e, principalmente, da cultura do serviço público.

É esta responsabilidade pública, porém, que precisa constantemente ser cobrada, já que o desrespeito à coisa pública é desrespeito à dignidade de cada um. O sentido de cidadania dos membros de uma nação está diretamente relacionado com a consciência moral de cada pessoa, extrapola os limites formais do governo, projetando-se como uma consciência da coletividade, em nível social.

A sociedade brasileira tem dado mostras de desenvolvimento nesse sentido. Poderíamos considerar a campanha de Combate à Fome e à Miséria, as ações em

defesa dos Direitos Humanos, bem como o Movimento pela Ética na Política, cujo corolário foi o *impeachment* do último presidente, como manifestações desse processo, que deve culminar com a formação de uma nova cultura de cidadania e, por conseguinte, com um novo desenho das instituições públicas.

Resumen

ETICA Y PROFISIONALIZACION: LA RECUPERACION DE LA CREDIBILIDAD DEL ESTADO BRASILEÑO

Los principales actores de este continuo proceso de perfeccionamiento del Estado son sus propios funcionarios. Ellos no deben ser considerados como muñecos que circulan por las oficinas de la administración o como seres ya estigmatizados por la falta de eficiencia. Al funcionario público debe ser ofrecido la oportunidad de evolución. La transparencia de la máquina estatal es imperiosa, la burocracia debe responder más a los intereses públicos que a sus propios intereses, así como la ética debe sobrevenir en las relaciones en doble vía, es decir, la de los que prestan los servicios públicos y la de los que se sirven de él.

Abstract

ETHICS AND PROFESSIONALIZATION: THE NEW-FOUND CREDIBILITY OF THE BRAZILIAN STATE

Public officials are the main actors in the continuous process of evolution the State went through. They must not be seen neither as "suits" which roam aimlessly in the offices nor as creatures chronically plagued by inefficiency. Transparency is obligatory when it comes to government affairs. Bureaucracy is meant to foster public interest rather than its own interests. Ethics must be the governing factor concerning not only those who provide these services, but also those who make use of them.

Og Roberto Dória é presidente da Fundação Escola Nacional de Administração Pública.